



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

CONCURSO PÚBLICO/2012

Cargo: Juiz-Auditor Substituto
da Justiça Militar da União

Prova Prática de Sentença (P_3)

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu caderno de textos definitivos da prova prática de sentença (P_3). Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se seu caderno contém a proposta para elaboração de uma sentença criminal, correspondente à prova prática de sentença (P_3), acompanhada de espaços para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 3 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição do texto para o caderno de texto definitivo da prova prática de sentença (P_3).
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de texto definitivo e deixe o local de prova.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de texto definitivo da prova prática de sentença (P_3) poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.


cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

PROVA PRÁTICA DE SENTENÇA (P₃)

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA DE SENTENÇA (P₃)**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- No **caderno de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seu texto, utilize apenas o nome **Juiz-Auditor Substituto**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

SENTENÇA CRIMINAL

João, José e Jairo, em 1.º/1/2013, saíram para pescar no meio da tarde, usando a lancha de José, na Baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro.

No curso da pescaria, enquanto se deslocavam pela baía, visualizaram boias e cordas indicando expressamente os limites de área marítima de propriedade da Marinha do Brasil. Após conversarem rapidamente, os três, conscientemente, decidiram ignorar o aviso e adentrar na área delimitada, uma vez que intuía que encontrariam mais peixes dentro da área militar.

Após ingressarem na parte do mar delimitada pelas boias, os três continuaram a pescar por alguns minutos. Enquanto os três amigos pescavam dentro da área sujeita à administração militar, o fuzileiro naval Bartolomeu, militar com três anos de Marinha, percebeu a presença indevida da embarcação dos pescadores. Diante disso, desesperou-se e, de modo precipitado, esquecendo-se das orientações acerca das regras referentes à função de vigilância, desferiu um tiro na direção do barco, com a intenção de atingir o motor da lancha. O disparo, entretanto, ricocheteou e atingiu a perna de Jairo.

No mesmo momento, o sargento Demóstenes e outros dois militares adentraram em uma embarcação e alcançaram o barco dos pescadores, levando-os para uma praia, situada fora da área militar. Na ocasião, o sargento determinou que um de seus subordinados e Bartolomeu prestassem socorro médico a Jairo, enquanto revistava os detidos e a embarcação, tendo ambos obedecido à ordem.

Enquanto Demóstenes realizava os procedimentos de revista e detenção de José e João, em área pública, Boris aproximou-se do local, curioso com a agitação. Ao ver João sendo acautelado, espantou-se e proferiu as seguintes palavras, em tom de voz normal, porém surpreso: “Ei, ele é o meu irmão!” Demóstenes, contrariado com as palavras de Boris, deu voz de prisão contra ele, algemando-o, sem declinar qualquer fundamento para sua decisão. Em seguida, levou Boris, José e João, algemados, para dentro da unidade militar em que servia.

João, irritado com a prisão de Boris e buscando fugir e assegurar sua impunidade, pegou uma faca que havia escondido em suas roupas íntimas e desferiu dois golpes contra os olhos do marinheiro Clóvis, dentro da unidade militar, e, em seguida, foi controlado por Bartolomeu.

A prisão foi comunicada regularmente ao juiz-auditor plantonista. Na ocasião, o magistrado concedeu liberdade provisória a José e Jairo, mantendo a custódia cautelar contra João. Relaxou, ainda, a prisão de Boris, autuado no flagrante por suposto desacato.

O Ministério Público Militar (MPM), em 10/1/2013, ofereceu denúncia contra João, José, Jairo, Bartolomeu e Demóstenes, por todos os delitos praticados por eles na tarde dos fatos. Promoveu, ainda, o arquivamento quanto à suposta conduta de Boris. Na ocasião, juntou laudo pericial de lesões corporais sofridas por Jairo, no qual se confirmava lesão por arma de fogo, descartando-se qualquer sequela, e atestando inatividade para as funções habituais por mais de trinta dias. Anexou aos autos, ainda, laudo pericial de lesões corporais sofridas por Clóvis, constatando que, em decorrência de ação de instrumento cortante, o referido militar perdera integralmente a visão em ambas as vistas.

O juiz-auditor competente recebeu a denúncia em sua integralidade, determinando também o arquivamento do fato imputado a Boris.

Os réus foram citados regularmente, com a exceção de Jairo, que não foi localizado, apesar dos esforços envidados para tanto. Jairo foi citado por edital, mas não compareceu em juízo. Na ocasião, a autoridade judiciária determinou a aplicação, por analogia, do art. 366 do CPP, suspendendo o curso do processo e do prazo prescricional com relação a Jairo.

Interrogados, os acusados confessaram os fatos que lhe foram atribuídos, as testemunhas arroladas foram ouvidas em juízo, não foram requeridas diligências complementares e não restou qualquer dúvida acerca dos fatos descritos. O MPM e a Defensoria Pública da União (DPU) apresentaram alegações finais escritas no prazo legal.

Em 1.º/3/2013, em sessão de julgamento perante o Conselho Permanente de Justiça (CPJ) para a Marinha, presidido pelo capitão de corveta Salomão, integrado pelos primeiros-tenentes Caio, Aldo e Bruno e pelo juiz-auditor substituto, o MPM apresentou sua sustentação oral. Na ocasião, requereu a condenação de João, José, Bartolomeu e Demóstenes e pugnou para que fosse revista a sentença e anulada a decisão que suspendera o processo e o prazo prescricional com relação a Jairo, requerendo, ainda, que fosse extraída cópia dos autos, prosseguindo a persecução penal contra Jairo nos novos autos, perante o mesmo juízo.

Já a DPU, em suas alegações orais, informou que José era coronel reformado do Exército, tendo apresentado a identidade funcional deste para que cópia fosse acostada aos autos. Aduziu, ainda, que José fora reformado por invalidez, em razão de doença que reduzia a sua capacidade de determinação, razão pela qual deixara de se identificar perante a autoridade judiciária. Em razão disso, o defensor requereu a absolvição de José, dada a sua inimizabilidade penal. Continuando suas alegações, requereu a suspensão condicional do processo, com fundamento no art. 89 da Lei n.º 9.099/1995, para João, Bartolomeu e Demóstenes. Requereu, ainda, o declínio da competência para a justiça comum, com relação aos delitos praticados pelos réus civis, com fundamento no art. 125, § 4.º, da Constituição Federal. Subsidiariamente, requereu a absolvição de todos os réus por falta de provas quanto às condutas a eles imputadas.

É oportuno ressaltar que João é reincidente, já ostentando condenação criminal por crime doloso na justiça comum, por fato ocorrido em dezembro de 2010, tendo a sentença condenatória transitado em julgado em julho de 2012. Bartolomeu ostenta condenação criminal na justiça castrense por desacato, tendo sido o referido crime por ele praticado em 2/1/2013, e a sentença transitado em julgado em 28/2/2013. Demóstenes e José são primários, ostentando bons antecedentes.

O CPJ da Marinha acompanhou integralmente o voto prolatado pelo juiz-auditor substituto, sem qualquer divergência.

Em face dos fatos acima relatados, redija a sentença criminal, apreciando todas as questões de direito abordadas nas alegações orais, em especial:

- I a legalidade da suspensão do processo e do prazo prescricional no processo penal militar;
 - II a possibilidade de oferecimento de suspensão condicional do processo para os acusados militares e civis, bem como o preenchimento dos requisitos legais;
 - III a competência do juízo quanto aos delitos em análise;
 - IV todas as outras questões de direito, alegadas pelas partes ou não, pertinentes ao caso concreto, identificando os tipos penais verificados, tudo de acordo com a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores.
-

RASCUNHO – 1/6

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2/6

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – 3/6

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – 4/6

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO – 5/6

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

RASCUNHO – 6/6

151	
152	
153	
154	
155	
156	
157	
158	
159	
160	
161	
162	
163	
164	
165	
166	
167	
168	
169	
170	
171	
172	
173	
174	
175	
176	
177	
178	
179	
180	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos